

***Construtora Adolpho
Lindenberg S.A. e
Controladas***

*Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 30 de Junho de 2015 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais.*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014			30/06/2015	31/12/2014		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	511	3.826	10.592	13.239	Fornecedores		94	61	318	165
Contas a receber de clientes	5	-	-	7.353	5.653	Obrigações trabalhistas e tributárias		41	365	5.709	8.573
Impostos a recuperar	6	229	338	1.316	1.801	Obrigações tributárias parceladas	10	563	539	670	642
Demais ativos		-	-	23	17	Dividendos a pagar		13	1.989	13	1.989
Total dos ativos circulantes		740	4.164	19.284	20.710	Provisão para garantia de obras	11	-	-	1.868	1.523
						Demais contas a pagar		3	2	3	-
						Total dos passivos circulantes		714	2.956	8.581	12.892
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber de clientes	5	-	-	2.482	2.615	Obrigações tributárias parceladas	10	2.547	2.754	3.438	3.663
Impostos diferidos	12.b)	5.028	5.028	7.370	7.437	Provisão para garantia de obras	11	-	-	7.970	7.134
Depósitos judiciais		483	234	498	234	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11	1.862	4.288	1.862	4.288
Imóveis a comercializar	7	291	291	841	841	Provisão para perda com investimentos	9	1.331	6.337	-	-
Demais ativos		2	55	1	141	Demais contas a pagar		-	-	375	326
Investimentos	9	22.237	22.224	14.077	11.986	Total dos passivos não circulantes		5.740	13.379	13.645	15.411
Imobilizado		22	25	22	25						
Intangível		77	61	77	61	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		28.140	27.918	25.368	23.340	Capital social	13.1	12.000	8.000	12.000	8.000
						Reserva de lucros		3.747	8.398	3.747	8.398
						Reserva especial		-	(651)	-	(651)
						Resultado do período		6.679	-	6.679	-
						Total dos passivos e do patrimônio líquido		22.426	15.747	22.426	15.747
TOTAL DOS ATIVOS		28.880	32.082	44.652	44.050	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.880	32.082	44.652	44.050

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	2.431	3.176	23.212	20.087
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(437)	(585)	(12.098)	(11.500)
LUCRO BRUTO		<u>1.994</u>	<u>2.591</u>	<u>11.114</u>	<u>8.587</u>
(DESPESAS) RECEITAS					
Administrativas, comerciais e gerais	16	(2.018)	(2.622)	(5.923)	(5.100)
Equivalência patrimonial	9	6.489	3.223	1.510	329
Outras receitas operacionais, líquidas		238	72	239	150
		<u>4.709</u>	<u>673</u>	<u>(4.174)</u>	<u>(4.621)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	15	(183)	(279)	(228)	(406)
Receitas financeiras	15	159	11	913	384
		<u>(24)</u>	<u>(268)</u>	<u>685</u>	<u>(22)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		6.679	2.996	7.625	3.944
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	-	-	(879)	(826)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	-	77	(67)	(45)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>6.679</u>	<u>3.073</u>	<u>6.679</u>	<u>3.073</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (EM REAIS)	13.3	<u>17,95</u>	<u>8,26</u>	<u>17,95</u>	<u>8,26</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	6.679	3.073	6.679	3.073
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>6.679</u>	<u>3.073</u>	<u>6.679</u>	<u>3.073</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva especial	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.117	-	223	8.698	-	10.038
Aumento de capital (AGO/E realizadas em de 30 de abril de 2014)	13.1	6.883	-	-	(6.883)	-	-
Resultado de transações com sócios	9	-	(651)	-	-	-	(651)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.341	8.341
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	13.2	-	-	417	-	(417)	-
Distribuição de dividendos propostos	13.2	-	-	-	-	(1.981)	(1.981)
Retenção de lucros	13.2	-	-	-	5.943	(5.943)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>8.000</u>	<u>(651)</u>	<u>640</u>	<u>7.758</u>	<u>-</u>	<u>15.747</u>
Aumento de capital (AGO/E realizadas em 31 de março de 2015)	13.1	4.000	-	-	(4.000)	-	-
Resultado de transações com sócios	9	-	651	-	(651)	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	6.679	6.679
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		<u>12.000</u>	<u>-</u>	<u>640</u>	<u>3.107</u>	<u>6.679</u>	<u>22.426</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.679	2.996	7.625	3.944
Ajustes para conciliar o resultado com as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	13	9	13	9
Resultado de equivalência patrimonial	(6.489)	(3.223)	(1.510)	(329)
Encargos financeiros sobre financiamentos	-	-	-	117
Encargos financeiros sobre tributos parcelados	137	134	175	187
Constituição (reversão) de provisão para riscos	177	(84)	177	(84)
Provisão para garantias	-	-	1.181	1.060
Decréscimo (acrécimo) em ativos:				
Contas a receber de clientes	-	(884)	(1.567)	561
Impostos a recuperar	110	(88)	486	(142)
Demais ativos	52	1	136	-
Depósitos judiciais	(249)	-	(264)	-
(Decréscimo) acréscimo em passivos:				
Fornecedores	33	7	153	86
Obrigações trabalhistas e tributárias	(324)	58	(2.864)	(1.949)
Obrigações tributárias parceladas	(320)	(337)	(372)	(1.216)
Demais passivos	1	2	49	54
Pagamento de contingência	(2.603)	-	(2.603)	-
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(2.783)	(1.409)	815	2.298
Juros pagos	-	-	-	(117)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(879)	(826)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(2.783)	(1.409)	(64)	1.355
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Acrécimo do imobilizado e intangível	(26)	(26)	(26)	(26)
Dividendos recebidos de controladas	6.281	4.625	-	-
Aumento do investimento	(4.811)	(445)	(581)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	1.444	4.154	(607)	(26)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de empréstimos	-	-	-	(253)
Dividendos pagos	(1.976)	(2.892)	(1.976)	(2.892)
Contas a receber de partes relacionadas	-	100	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.976)	(2.792)	(1.976)	(3.145)
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.315)	(47)	(2.647)	(1.816)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	3.826	218	13.239	4.686
No fim do exercício	511	171	10.592	2.870
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.315)	(47)	(2.647)	(1.816)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
RECEITAS				
Vendas de imóveis e serviços	2.721	3.555	25.920	22.460
	<u>2.721</u>	<u>3.555</u>	<u>25.920</u>	<u>22.460</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	(437)	(585)	(1.913)	(1.363)
Materiais, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.234)	(1.314)	(3.258)	(2.369)
	<u>(1.671)</u>	<u>(1.899)</u>	<u>(5.171)</u>	<u>(3.732)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.050</u>	<u>1.656</u>	<u>20.749</u>	<u>18.728</u>
Depreciação e amortização	(13)	(9)	(13)	(9)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>1.037</u>	<u>1.647</u>	<u>20.736</u>	<u>18.719</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	6.489	3.223	1.510	329
Receitas financeiras	159	11	913	384
	<u>6.648</u>	<u>3.234</u>	<u>2.423</u>	<u>713</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>7.685</u>	<u>4.881</u>	<u>23.159</u>	<u>19.432</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	465	1.168	11.919	12.086
Impostos, taxas e contribuições	358	361	4.333	3.867
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e demais encargos	183	279	228	406
Remuneração de capitais próprios-				
Lucros retidos	6.679	3.073	6.679	3.073
	<u>7.685</u>	<u>4.881</u>	<u>23.159</u>	<u>19.432</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), que considera a Orientação Técnica OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, que considera a Orientação Técnica OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil, emitida pelo CPC e aprovada pela CVM e pelo CFC, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as informações financeiras intermediárias individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 21(R1)). As informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil (IAS 34, para as informações intermediárias) consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.
- b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às informações financeiras, em 30 de junho de 2015 aproximadamente 99% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (“CAL” ou “Companhia”) foi constituída em 13 de julho de 1962, atua sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466 - 2º andar, Edifício Corporate - Bloco C.

Atualmente, suas operações compreendem a execução e administração de obras de construção civil em geral, serviços de empreitada, por conta própria ou de terceiros, e incorporações de empreendimentos imobiliários. Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

A aquisição do controle da Companhia em 2008 pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“LDI”) foi realizada, principalmente, em virtude da qualidade e força da marca “Adolpho Lindenberg”.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das informações financeiras intermediárias (controladora e consolidado) em 30 de junho de 2015 foram aplicadas de modo consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As informações intermediárias financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil aprovadas pelo CPC, pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC, incluindo a Orientação OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileira, no que diz respeito ao reconhecimento da receita e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada – POC), neste caso refletido no resultado de equivalência patrimonial sobre determinadas sociedades coligadas indiretas.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações financeiras.

b) Base de apresentação

As informações intermediárias financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e compreendem as informações financeiras da Companhia e de suas sociedades controladas, mencionadas na nota explicativa nº 9.

<u>Empresa</u>	<u>Critério de consolidação</u>	<u>% de participação em 30/06/2015</u>	<u>% de participação em 31/12/2014</u>
		<u>Direta</u>	<u>Direta</u>
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	Integral	100,00	100,00
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	Integral	100,00	100,00
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	Integral	100,00	100,00

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Julgamentos e estimativas contábeis

Na preparação das informações financeiras intermediárias são adotados julgamentos e avaliação de premissas para o reconhecimento das estimativas no registro de determinados ativos, passivos e outras operações como: impostos diferidos, provisões para garantias, provisão para demandas judiciais e provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento dessas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periodicamente essas estimativas contábeis e suas premissas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Imóveis a comercializar

Referem-se aos lotes e estão demonstrados ao custo de aquisição, que não excede o seu valor líquido realizável.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

A participação em controlada que apresenta situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) foi registrada no passivo não circulante.

Outros investimentos são avaliados com base no custo de aquisição e submetidos ao teste anual do valor recuperável (“impairment”).

3.5. Perda por redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Aos passivos são acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social à alíquota de 34%. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido e patrimônio de afetação.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.8. Apuração do resultado de prestação de serviços

Os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços são apropriados ao resultado conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

3.9. Apuração do resultado com venda de imóveis

Na apropriação da receita e resultado com a venda de imóveis, nas sociedades investidas, não consolidadas, Toliara Incorporadora SPE Ltda. e Amadora Incorporação Ltda., são observados os procedimentos estabelecidos pelos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC inerentes aos contratos de construção e aos contratos de construção do setor imobiliário, determinados pelo Pronunciamento CPC 30 – Receitas, pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, pela Orientação - OCPC 01(R1) -

Entidades de Incorporação Imobiliária, pela Interpretação ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário e pela Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Nas vendas de unidades imobiliárias são adotadas as seguintes premissas para reconhecimento do resultado:

- A partir do momento em que o empreendimento imobiliário lançado não mais estiver sob os efeitos da correspondente cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação, é apurado o percentual do custo incorrido das unidades imobiliárias vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades imobiliárias vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas.
- O montante das receitas com venda de unidades imobiliárias, conforme descrito no parágrafo anterior, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, é contabilizado como contas a receber.

O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades imobiliárias vendidas é apropriado ao resultado, conforme anteriormente mencionado.

- Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou a extensão do prazo para a conclusão dos empreendimentos imobiliários, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no exercício que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram as revisões.

3.10. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

Não há direitos sobre o lucro diferenciado entre as ações preferenciais e ordinárias. Dessa forma, o resultado por ação será o mesmo para ambas as classes de ações.

3.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um

contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no momento de seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e
 - (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
ou
 - (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem

significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

3.13. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. Essas demonstrações possuem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, bem como a sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte do conjunto das informações intermediárias financeiras da controladora e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixas e bancos	19	34	134	163
Aplicações financeiras (*)	<u>492</u>	<u>3.792</u>	<u>10.458</u>	<u>13.076</u>
	<u>511</u>	<u>3.826</u>	<u>10.592</u>	<u>13.239</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas, remuneradas a taxas entre 75% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e para as quais não há restrições para resgate imediato.

As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contas a receber por serviços prestados (a)	8.369	6.185
Contas a receber por venda de imóveis (b)	1.676	2.293
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(210)</u>	<u>(210)</u>
	<u>9.835</u>	<u>8.268</u>
Circulante	7.353	5.653
Não circulante	2.482	2.615

- (a) Contas a receber de clientes decorrentes de serviços de empreitada global, taxa de administração de obras e assistência técnica.
- (b) Saldo de contas a receber decorrente da venda de unidades imobiliárias concluídas. O saldo é atualizado com juros da Tabela Price de 12% ao ano e variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

O saldo não circulante em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	1.357	1.643
2017	575	410
2018	209	193
Após 2018	<u>341</u>	<u>369</u>
	<u>2.482</u>	<u>2.615</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
COFINS retido a recuperar	28	28	39	53
CSLL retido a recuperar	45	174	344	561
INSS retido a recuperar	8	8	8	8
IRRF sobre aplicação financeira	32	-	62	26
IRRF sobre serviços	69	82	650	938
PIS retido a recuperar	6	6	8	11
INSS a recuperar	39	39	203	203
Outros impostos a recuperar	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>229</u>	<u>338</u>	<u>1.316</u>	<u>1.801</u>

7. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Estoques de terrenos (lotes)	582	582	1.681	1.681
Provisão para desvalorização (*)	<u>(291)</u>	<u>(291)</u>	<u>(840)</u>	<u>(840)</u>
	<u>291</u>	<u>291</u>	<u>841</u>	<u>841</u>

(*) Provisão referente à desvalorização dos terrenos em estoque, realizada em anos anteriores.

8. PARTES RELACIONADAS

a) Receitas com partes relacionadas

Conforme demonstrado a seguir, parte substancial das receitas de serviços prestados pela Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2015 e de 2014 decorre de contratos firmados com empresas ligadas, principalmente as sociedades investidas da controladora Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.:

	Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receitas com partes relacionadas	25.562	21.241
Receitas com terceiros	<u>358</u>	<u>1.219</u>
	<u>25.920</u>	<u>22.460</u>
Representatividade com pessoas ligadas	99%	95%

Os serviços prestados referem-se principalmente à construção, assistência técnica e administração de obras e foram contratados a taxas que variam de 7,26% a 9% do custo das obras.

b) Remuneração de administradores e diretores

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março de 2015 foi aprovada a remuneração global máxima anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2015 em até R\$3.000 (R\$3.000 em 2014).

Em 30 de junho de 2015, o montante pago aos administradores foi de R\$832 (R\$1.099 em 30 de junho de 2014), registrados nas rubricas de custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas.

9. INVESTIMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Investimentos avaliados pelo custo de aquisição (a)	-	-	835	835
Investimentos em controladas e coligadas (b)	<u>22.237</u>	<u>22.224</u>	<u>13.242</u>	<u>11.151</u>
Total de investimentos	22.237	22.224	14.077	11.986
Provisão para perdas com controladas (b)	<u>(1.331)</u>	<u>(6.337)</u>	-	-
Total líquido de investimentos	<u>20.906</u>	<u>15.887</u>	<u>14.077</u>	<u>11.986</u>

(a) Participação societária avaliada pelo custo de aquisição referente ao empreendimento Dom Pedro (participação de 5%).

(b) Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Quando o patrimônio líquido está em situação de passivo a descoberto, são apresentadas no passivo não circulante da Companhia.

As principais informações das participações societárias diretas e a composição dos investimentos, são como segue:

Em 30 de junho de 2015

Investidas	Controladora								
	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado do período	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	10.563	4.877	7.593	9.178	(1.331)	347	100,00	(1.331)	347
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	891	13.505	9	12	14.375	1.545	100,00	14.375	1.545
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	7.089	1.084	267	44	7.862	4.597	100,00	<u>7.862</u>	<u>4.597</u>
								<u>20.906</u>	<u>6.489</u>
Investimentos em controladas								<u>22.237</u>	
Provisão para perdas com controladas								<u>(1.331)</u>	

Investidas	Consolidado								
	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Resultado do período	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Toliara Incorporadora SPE Ltda. (*)	42.863	13.432	15.517	3.017	37.761	4.660	30,00	11.329	1.398
Amadora Incorporação Ltda. (*)	10.922	14.585	4.144	2.230	19.133	1.117	10,00	1.913	112
Investimento avaliado ao custo								<u>835</u>	<u>-</u>
								<u>14.077</u>	<u>1.510</u>

(*) Sociedades com empreendimento imobiliário em andamento, sendo os registros contábeis efetuados, segundo os critérios estabelecidos pelo OCPC 04. Não são consolidadas em função da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. não ter controle.

Em 31 de dezembro de 2014

Investidas	Controladora								
	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	7.379	3.852	9.278	8.290	(6.337)	(4.170)	100	(6.337)	(4.170)
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	329	12.372	6	17	12.678	1.442	100	12.678	1.442
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	8.839	1.424	652	65	9.546	11.392	100	<u>9.546</u>	<u>11.392</u>
								<u>15.887</u>	<u>8.664</u>
Investimentos em controladas								<u>22.224</u>	
Provisão para perdas com controladas								<u>(6.337)</u>	

Investidas	Consolidado								
	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Toliara Incorporadora SPE Ltda. (*)	28.189	18.054	10.955	2.187	33.101	4.679	30	9.930	1.403
Amadora Incorporação Ltda. (*)	9.133	10.202	3.067	4.057	12.211	185	10	1.221	(17)
Investimento avaliado ao custo								<u>835</u>	<u>-</u>
								<u>11.986</u>	<u>1.386</u>

A movimentação dos investimentos para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldos no início do período/exercício, líquidos	15.887	12.054	11.986	8.990
Integralização de capital, líquido de redução	4.811	2.446	581	372
Aquisição de participação	-	-	-	1.238
Dividendos recebidos	(6.281)	(6.616)	-	-
Equivalência patrimonial	6.489	8.664	1.510	1.386
Perda na compra	-	(661)	-	-
Saldos no fim do período, líquidos	<u>20.906</u>	<u>15.887</u>	<u>14.077</u>	<u>11.986</u>

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PARCELADAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV (a)	2.396	2.538	3.394	3.550
PPI - Prefeitura de São Paulo (b)	<u>714</u>	<u>755</u>	<u>714</u>	<u>755</u>
	<u>3.110</u>	<u>3.293</u>	<u>4.108</u>	<u>4.305</u>
Circulante	563	539	670	642
Não circulante	2.547	2.754	3.438	3.663

A movimentação das obrigações tributárias parceladas para o período de três meses findo em 30 de junho de 2015 e para o exercício findo em dezembro de 2014 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo no início do período	3.293	3.623	4.305	5.474
Juros	137	272	175	362
Amortização	<u>(320)</u>	<u>(602)</u>	<u>(372)</u>	<u>(1.531)</u>
Saldo no fim do período	<u>3.110</u>	<u>3.293</u>	<u>4.108</u>	<u>4.305</u>

(a) Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941/09 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de REFIS IV. A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Em 27 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento, com prazo que varia entre 30 e 180 meses, dependendo da natureza dos débitos e até esta data

vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalte-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada à inexistência de atraso no pagamento das parcelas e, no que for aplicável, desistência das ações relativas aos débitos parcelados.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

(b) PPI - Prefeitura de São Paulo

No exercício de 2006, os débitos municipais em aberto foram objeto do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI com a Prefeitura do Município de São Paulo. O saldo do parcelamento está sujeito à atualização pela taxa Selic, podendo ser pago em até 120 meses.

Cronograma de vencimentos

O saldo não circulante em 30 de junho de 2015 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>PPI</u>	<u>REFIS</u>	<u>Total</u>	<u>PPI</u>	<u>REFIS</u>	<u>Total</u>
2016, após 1 de julho	84	196	280	84	251	335
2017	168	392	560	168	504	672
Após 2017	<u>291</u>	<u>1.416</u>	<u>1.707</u>	<u>291</u>	<u>2.140</u>	<u>2.431</u>
	<u>543</u>	<u>2.004</u>	<u>2.547</u>	<u>543</u>	<u>2.895</u>	<u>3.438</u>

11. PROVISÕES

	<u>Consolidado</u>		
	<u>Garantias</u> <u>(a)</u>	<u>Riscos</u> <u>trabalhistas,</u> <u>cíveis e</u> <u>tributários (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos iniciais em 31/12/2014	8.657	4.288	12.945
Variações líquidas no período	<u>1.181</u>	<u>(2.426)</u>	<u>(1.245)</u>
Saldos finais em 30/06/2015	<u>9.838</u>	<u>1.862</u>	<u>11.700</u>
Circulante em 30/06/2015	<u>1.868</u>	-	<u>1.868</u>
Não circulante em 30/06/2015	<u>7.970</u>	<u>1.862</u>	<u>9.832</u>
Circulante em 31/12/2014	<u>1.523</u>	-	<u>1.523</u>
Não circulante em 31/12/2014	<u>7.134</u>	<u>4.288</u>	<u>11.422</u>
Saldos finais em 31/12/2014	<u>8.657</u>	<u>4.288</u>	<u>12.945</u>

(a) A Companhia concede período de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente, pelo período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida considerando a estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações.

A constituição da provisão para garantias é registrada na controlada ao longo da construção dos empreendimentos administrados pela Companhia e, após a entrega destes, tem início o processo de reversão da provisão de acordo com a curva de gastos históricos definidos pela área de Engenharia. A prestação de serviços de assistência técnica é realizada pela controlada, e na data da prestação, reconhecida no resultado, na rubrica “Manutenção de obras prontas”.

- (b) Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 30 de junho de 2015, a provisão está relacionada a processos trabalhistas, cíveis e tributários, com saldo de R\$1.862 (R\$ 4.288 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Companhia possuía em 30 de junho de 2015, os seguintes valores relativos a processos classificados pelos consultores jurídicos como perdas possíveis, os quais não têm provisão reconhecida contabilmente:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	7.056
Tributária	100
Cível	<u>2.954</u>
	<u>10.110</u>

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A contestação da Companhia foi protocolada e a audiência de instrução inicialmente marcada para 14 de agosto de 2014, e adiada pelo Juiz para o dia 13 fevereiro de 2015. A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Os assessores jurídicos consideram prováveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o

acordo, mas esse fato não altera a probabilidade de êxito do processo conforme posição dos assessores jurídicos. Em despacho proferido em 27 de maio de 2015, o julgamento inicialmente designado para o dia 08 de junho de 2015, foi redesignado para o dia 25 de setembro de 2015.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) A reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferido é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.679	2.996
Efeito das diferenças permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(6.489)	(3.223)
Efeito das variações das diferenças temporárias:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não constituídas	<u>190</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u>-</u>	<u>(227)</u>
Imposto de renda e contribuição social (24%)	-	54
Adicional em determinados meses de apuração	-	<u>23</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	<u>77</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.625	3.944
Provisão para assistência técnica e garantia de obras	(847)	1.778
Lucro antes dos impostos nas empresas tributadas pelo lucro presumido	(6.877)	(4.749)
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não constituídas	-	-
Outras adições, líquidas	<u>758</u>	-
Base de cálculo das empresas optantes pelo lucro real	<u>659</u>	<u>973</u>
Imposto de renda e contribuição social 24%	158	234
Adicional em determinados meses de apuração	<u>54</u>	<u>85</u>
Imposto de renda e contribuição social das controladas optantes pelo lucro presumido	<u>734</u>	<u>552</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>946</u>	<u>871</u>
Correntes	<u>879</u>	<u>826</u>
Diferidos	<u>67</u>	<u>45</u>

Substancialmente, o imposto de renda e a contribuição social correntes no consolidado em 30 de junho de 2015 e de 2014 representam os tributos sobre o lucro presumido sobre sociedades controladas, como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receita bruta sobre serviços das controladas	5.370	4.691
Alíquota combinada - %	<u>10,88%</u>	<u>10,88%</u>
Expectativa de despesa	(584)	(510)
Outras (despesas) receitas	<u>(150)</u>	<u>(42)</u>
	<u>734</u>	<u>552</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 30 de junho de 2015 tem a seguinte origem:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo fiscal diferido:				
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferido	<u>14.788</u>	<u>14.788</u>	<u>21.676</u>	<u>21.873</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>5.028</u>	<u>5.028</u>	<u>7.370</u>	<u>7.437</u>

A Administração da Companhia possui projeções de geração de resultados positivos futuros, aprovados pela Administração, com expectativas conservadoras de realização nos seguintes anos:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	270	270	530	597
2016	429	429	791	791
2017	468	468	834	834
2018 em diante	<u>3.861</u>	<u>3.861</u>	<u>5.215</u>	<u>5.215</u>
	<u>5.028</u>	<u>5.028</u>	<u>7.370</u>	<u>7.437</u>

As premissas utilizadas para a preparação do estudo técnico de viabilidade levam em consideração contratos já assinados, variação de taxas de reajuste salarial e projeções de novos contratos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2015 é de R\$ 12.000 (R\$ 8.000 em 31 de dezembro 2014), totalmente integralizado, representado por 124.040 ações ordinárias e 248.079 ações preferenciais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 6.883.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.

As ações possuem as seguintes características:

Ação preferencial

- a) As ações preferenciais não têm direito a voto, respeitadas as determinações legais. Em futuros aumentos de capital por subscrição, a Companhia poderá, a qualquer tempo, propor aumentos do capital social por subscrição sem guardar a proporcionalidade existente entre as ações ordinárias e preferenciais, limitadas as últimas até 2/3 do total do capital social.
- b) Aos possuidores de ações preferenciais são conferidas as seguintes vantagens: (i) prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% sobre o valor do capital social próprio ou a participação proporcional de 25% do lucro líquido, prevalecendo o valor maior; (ii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucros que excederem o mínimo deste parágrafo, bem como as bonificações por capitalização de reservas, lucros e correção monetária; e (iii) irresgatibilidade e prioridade, até o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, como também participação proporcional no valor patrimonial, no caso de liquidação da Companhia.

Ação ordinária

- a) As ações ordinárias conferem o direito a um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei.
- b) As ações ordinárias conferem direito ao recebimento de dividendos.

Em 30 de junho de 2015 a composição das ações ordinárias da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Capital votante - %</u>
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	116.996	94,32
José Oswaldo Morales Junior	6.378	5,14
Outros acionistas	<u>666</u>	<u>0,54</u>

124.040 100,00

13.2. Destinação dos lucros

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, ressaltando o direito dos proprietários das ações preferenciais, mencionadas acima.

13.3. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação (aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e de 2014. O cálculo básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Lucro líquido do período	6.679	3.073
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação	372.119	372.119
Lucro líquido por ação - básico, em R\$	17,95	8,26

A Companhia não possui dívida conversível em ação nem opções de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro por ação diluído.

14. RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida para os trimestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receita de serviços	2.721	3.555	23.028	20.494
Receita de assistência técnica	-	-	<u>2.892</u>	<u>1.966</u>
	<u>2.721</u>	<u>3.555</u>	25.920	22.460
(-) Impostos (*)	<u>(290)</u>	<u>(379)</u>	<u>(2.708)</u>	<u>(2.373)</u>
	<u>2.431</u>	<u>3.176</u>	<u>23.212</u>	<u>20.087</u>

(*) Os impostos incidentes sobre as receitas são: Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Imposto Sobre Serviços – ISS e INSS sobre faturamento.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	68	6	474	172
Varição monetária - contrato de vendas	-	-	217	212
Receita de atualização dos impostos a recuperar	64	-	113	-
Outras receitas financeiras	<u>27</u>	<u>5</u>	<u>109</u>	<u>-</u>
	<u>159</u>	<u>11</u>	<u>913</u>	<u>384</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e mútuos	-	-	-	(117)
Atualização monetária de tributos parcelados	(137)	(134)	(175)	(187)
Juros e despesas bancárias	<u>(46)</u>	<u>(145)</u>	<u>(53)</u>	<u>(102)</u>
	<u>(183)</u>	<u>(279)</u>	<u>(228)</u>	<u>(406)</u>
	<u>(24)</u>	<u>(268)</u>	<u>685</u>	<u>(22)</u>

16. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Pessoal	(902)	(1.168)	(12.958)	(12.620)
Serviços de terceiros	(408)	(553)	(438)	(557)
Despesas gerais	(175)	(1.062)	(1.347)	(1.339)
Aluguéis e condomínios	(320)	(300)	(320)	(300)
Despesas de informática	(41)	(35)	(72)	(68)
Despesas legais e judiciais	(3)	(20)	(12)	(25)
Manutenção de obras prontas	-	(7)	(996)	(416)
Viagens e estadias	(35)	(11)	(37)	(12)
Despesas relacionadas a processos judiciais	(306)	(40)	(374)	(155)
Despesas com depreciação	(13)	(9)	(13)	(9)
Despesas comerciais	(8)	(26)	(19)	(33)
Impostos e taxas diversas	(67)	(60)	(77)	(89)
Provisão para garantias	-	-	(1.181)	(1.060)
Constituição de provisão para contingências	(177)	84	(177)	84
Outras despesas, líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
	<u>(2.455)</u>	<u>(3.207)</u>	<u>(18.021)</u>	<u>(16.600)</u>
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(437)	(585)	(12.098)	(11.500)
Despesas gerais e administrativas	<u>(2.018)</u>	<u>(2.622)</u>	<u>(5.923)</u>	<u>(5.100)</u>
	<u>(2.455)</u>	<u>(3.207)</u>	<u>(18.021)</u>	<u>(16.600)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito e de realização

Esses riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de dívida com taxas variáveis.

Risco de variação cambial

A Companhia não possui operações com moeda estrangeira sujeitas à variação cambial.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode depender, embora de forma reduzida de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras) e saldo a receber de clientes são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são substancialmente similares aos saldos contábeis.

O saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado.

Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados.

c) Operações com instrumentos derivativos

Em 30 de junho de 2015 a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 30 de junho de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 30 de junho de 2015, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	12,56%	9,42%	6,28%
Posição contábil em 30/06/2015 - R\$ 10.458		1.314	985	657

18. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros em 30 de junho de 2015 estão demonstradas a seguir:

(a) Riscos de engenharia – R\$ 746.307

(b) Responsabilidade cível – R\$ 78.000 - Cobertura por danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 7 de agosto de 2015.

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as informações intermediárias financeiras individuais e consolidadas da Companhia e com as conclusões expressas no relatório sobre a revisão das informações intermediárias financeiras dos auditores independentes relativo ao trimestre findo em 30 de junho de 2015.

RELEASE DE RESULTADOS

2T15 | 6M15



Contate RI:

Adolpho Lindenberg Filho

Diretor Financeiro e de

Relações com Investidores

Telefone: +55 (11) 3041-2700

ri@lindenberg.com.br

www.grupoldi.com.br/relacao



Adolpho Lindenberg

CONSTRUTORA



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2T15 | 6M15

Nos 6M15, o Lucro Líquido totalizou R\$ 6,7 milhões com Margem Líquida de 28,8%

São Paulo, 07 de agosto de 2015 – A Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (“CAL”), completando 60 anos de existência e com status de verdadeira ‘grife’ no mercado imobiliário, combina apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes.

A partir de 2008, a Construtora Adolpho Lindenberg passou a fazer parte do Grupo LDI que é uma *full service real estate developer*, dando uma robustez ainda maior à sua operação.

A partir de 1 de janeiro de 2013, passaram a valer as normas IFRS 10 e IFRS 11, que tratam de operações controladas em conjunto. Adotando o normativo CPC 19, uma parcela dos ativos e passivos, receitas e despesas deixa de ser consolidada proporcionalmente. Essa adoção não impacta o Patrimônio Líquido e Resultado da Companhia.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O **Volume de Obras**, nos 6M15, totalizou 422,0 mil m², formado por 12 obras (composto de 19 torres), sendo 8 residenciais, 3 comerciais e 1 multi-uso, totalizando 2.988 unidades em construção;
- A **Receita Líquida** atingiu R\$ 23,2 milhões nos 6M15, aumento de 15,6% quando comparado com o 1S14;
- O **Lucro Bruto** totalizou R\$ 11,1 milhões nos 6M15, aumento de 29,4% no comparativo com os 6M14, com **Margem Bruta** de 47,9%, 5,1 p.p. acima em relação ao ano anterior;
- O **EBITDA** atingiu R\$ 6,9 milhões nos 6M15, aumento de 75,0% quando comparado com os 6M14, com **Margem EBITDA** de 29,9%, 10,2 p.p. acima em relação ao ano anterior;
- O **Lucro Líquido** nos 6M15 totalizou R\$ 6,7 milhões com **Margem Líquida** de 28,8%, representando um **ROE Semestral Anualizado de 316,4%**;
- O **Caixa Líquido** da Construtora Adolpho Lindenberg encerrou os 6M15 com R\$ 10,6 milhões;



ÍNDICE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
PRINCIPAIS INDICADORES	6
DESEMPENHO OPERACIONAL	
Volume de obra.....	7
Obras iniciadas.....	7
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO	
Receita Líquida.....	8
Custos de Serviços Prestados.....	9
Lucro Bruto.....	10
Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais.....	11
Equivalência Patrimonial.....	13
EBITDA.....	13
Resultado Financeiro.....	15
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	15
Lucro Líquido.....	16
DESTAQUES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Caixa Líquido e Endividamento.....	17
Geração de Caixa.....	17
Obrigações Tributárias Parceladas.....	18
Provisões de Garantias e Contingências Passivas.....	18
Patrimônio Líquido.....	19
ANEXO	
BALANÇO PATRIMONIAL.....	20
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	21
FLUXO DE CAIXA.....	22
GLOSSÁRIO.....	23



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Construtora Adolpho Lindenberg anuncia os resultados operacionais e financeiros dos 6M15, reportando Receita Líquida de R\$ 23,2 milhões com Margem Bruta de 47,9% e Lucro Líquido de R\$ 6,7 milhões com Margem Líquida de 28,8%. Diante de um cenário macroeconômico de grandes incertezas e maior contração da economia, impactado pelos movimentos nas taxas de juros, inflação e câmbio, com reflexos diretos no nível de confiança do consumidor e dos investidores, que contribuiu de forma substancial para mais um trimestre difícil para todo mercado, especificamente no mercado imobiliário, a Construtora Adolpho Lindenberg, mais uma vez, mostrou ser capaz de crescer e entregar resultados acima dos trimestres anteriores. A consistência operacional faz com que os resultados sigam conforme as metas da Companhia, com crescimento das margens e rentabilidade para a operação.

Diante da forte desaceleração na demanda de forma geral devido à desconfiança com os rumos da economia por parte dos consumidores, a Administração da Companhia está atenta para um período mais desafiador que virá pela frente. Especificamente no mercado imobiliário, o excesso de estoques resultou em um menor volume de lançamentos das incorporadoras nos últimos períodos e conseqüentemente em uma maior dificuldade para a Construtora contratar novas obras e manter o mesmo volume de obra do último triênio.

Nos 6M15 foram entregues 3 empreendimentos compostos por 5 torres, 321 unidades e, 92,2 mil m² construídos. No mesmo período, iniciamos a construção da obra residencial Lindenberg Jundiaí de alto padrão, localizada no interior de São Paulo, formado por 1 torre, 44 unidades e 20,2 mil m².

A Construtora Adolpho Lindenberg apresentou no final do 2T15 um volume total de obras de 422,0 mil m², distribuídas em 12 obras e compostas por 19 torres, sendo 8 obras residenciais, 3 obras comerciais e 1 obra multi-uso totalizando atualmente 2.988 unidades em construção, todas no Estado de São Paulo.

A Companhia encerrou o 2T15 com R\$ 10,6 milhões de Caixa (Dívida Líquida), posição confortável, reflexo de um crescimento sobre bases sustentáveis e com regularidade. Com relação aos resultados financeiros do período, conforme detalhado mais a frente, temos o orgulho de reportar, um Resultado Financeiro de R\$ 685 mil positivos nos 6M15 contra os R\$ 22 mil negativos registrados nos 6M14.



Importante destacar que a Construtora Adolpho Lindenberg reporta um Patrimônio Líquido de R\$ 22,4 milhões no encerramento do 2T15, crescimento de 23,7% quando comparado ao encerramento do 1T15. Este Patrimônio Líquido já considera o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1,9 milhão, que foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2015 e pago em 08 de abril de 2015.

Importante destacar que apesar das dificuldades atuais do mercado imobiliário e das incertezas da economia no Brasil, a Construtora Adolpho Lindenberg em especial, vem obtendo um excelente resultado operacional nos últimos trimestres reportados, fruto da consistência e continuidade dos nossos trabalhos.

Acreditamos que com a manutenção do foco regional e do tamanho atual da Companhia manteremos a nossa busca pela excelência da qualidade, o cumprimento dos prazos e dos custos dos empreendimentos, alguns dos principais atributos pelos quais a Construtora Adolpho Lindenberg é reconhecida no mercado.

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que depositam em nossa empresa, bem como aos nossos colaboradores e fornecedores pela dedicação e comprometimento com a nossa geração de valores para a sociedade.



PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores Consolidado Períodos encerrados em 30.junho (Em milhares de Reais - R\$)	2T15			2T14			Var. %			1S15			1S14			Var. %		
Receita Operacional Bruta	13.790	12.145	13,5%	25.920	22.460	15,4%												
Receitas de Serviços	12.238	10.874	12,5%	23.028	20.494	12,4%												
Receitas de Assistência Técnica	1.552	1.271	22,1%	2.892	1.966	47,1%												
Impostos sobre Receita	(1.499)	(1.258)	19,2%	(2.708)	(2.373)	14,1%												
Receita Operacional Líquida	12.291	10.887	12,9%	23.212	20.087	15,6%												
Custos de Serviços	(4.759)	(4.710)	1,0%	(10.184)	(10.136)	0,5%												
Custos de Assistência Técnica	(1.030)	(858)	20,0%	(1.913)	(1.364)	40,3%												
Lucro Bruto	6.502	5.319	22,2%	11.114	8.587	29,4%												
Margem Bruta (%)	52,9%	48,9%	4,0 pp	47,9%	42,7%	5,1 pp												
Administrativas, comerciais e gerais	(3.114)	(2.076)	50,0%	(5.923)	(5.100)	16,1%												
Equivalência patrimonial	912	191	377,5%	1.510	329	359,0%												
Outras receitas operacionais líquidas	239	88	171,6%	239	150	59,3%												
EBITDA	4.539	3.522	28,9%	6.940	3.966	75,0%												
Margem EBITDA (%)	36,9%	32,4%	4,6 pp	29,9%	19,7%	10,2 pp												
Resultado Financeiro	243	(131)	-285,5%	685	(22)	-3213,6%												
Imposto de Renda e Contribuição Social	(485)	(504)	-3,8%	(946)	(871)	8,6%												
Lucro Líquido	4.297	2.887	48,8%	6.679	3.073	117,4%												
Margem Líquida (%)	35,0%	26,5%	8,4 pp	28,8%	15,3%	13,5 pp												

Caixas e Equivalentes de Caixa	2T15			2T14			Var. %			2T15			1T15			Var. %		
Caixas e Bancos	134	200	-33,0%	134	73	83,6%												
Aplicações Financeiras	10.458	2.670	291,7%	10.458	11.108	-5,9%												
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.592	2.870	269,1%	10.592	11.181	-5,3%												

Obrigações Tributárias Parceladas	2T15			2T14			Var. %			2T15			1T15			Var. %		
REFIS	3.394	3.652	-7,1%	3.394	3.492	-2,8%												
PPI	714	793	-10,0%	714	735	-2,9%												
Obrigações Tributárias Parceladas	4.108	4.445	-7,6%	4.108	4.227	-2,8%												

Provisões de Garantia de Obras e Contingências	2T15			2T14			Var. %			2T15			1T15			Var. %		
Provisão de Garantias de Obra	9.838	7.634	28,9%	9.838	9.235	6,5%												
Contingências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	1.862	1.751	6,3%	1.862	1.522	22,3%												
Provisões de Garantias e Contingências	11.700	9.385	24,7%	11.700	10.757	8,8%												

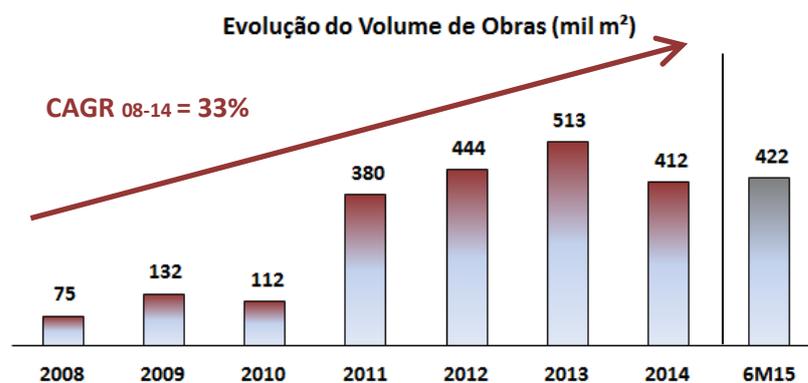
Informações Trimestrais Revisadas



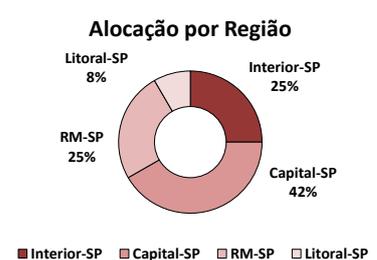
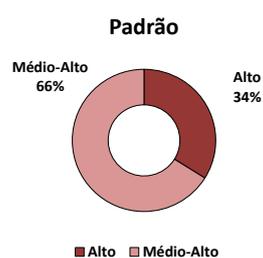
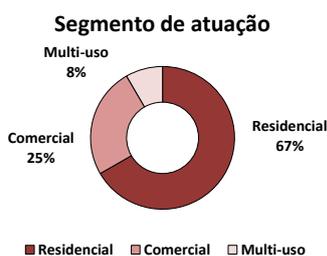
DESEMPENHO OPERACIONAL

Volume de Obras

Nos 6M15, o volume de obras totalizou 422,0 mil m², distribuídas em 12 obras e compostas por 19 torres, das quais, 8 obras são residenciais, 3 obras são comerciais e 1 obra multi-uso, totalizando 2.988 unidades em construção.



Os gráficos abaixo apresentam a distribuição das obras por região e segmento de atuação nos 6M15, através do volume por mil m², o que demonstra a manutenção do foco de atuação da Companhia, seja no segmento de atuação, padrão ou região.



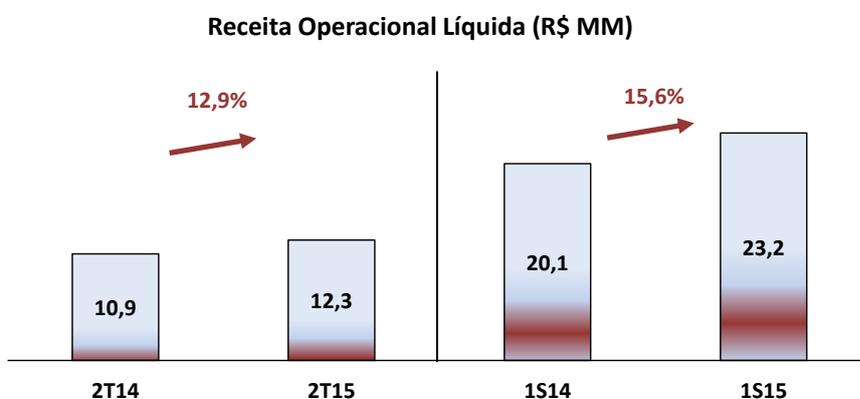
Nos 6M15, foram entregues 3 empreendimentos (2 residenciais e 1 comercial), totalizando 5 torres e 321 unidades. Durante esse período, a Construtora Adolpho Lindenberg iniciou a obra residencial Lindenberg Jundiá de alto padrão, localizado no interior de São Paulo, composta por 1 torre com 44 unidades e 20,2 mil m² de área.



DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Líquida

A Receita Operacional Líquida da Construtora Adolpho Lindenberg é formada por Receitas de Serviços Prestados e Receitas de Assistência Técnica.



A Receita Líquida no 2T15, atingiu R\$ 12,3 milhões, aumento de 12,9% quando comparado com o 2T14. Nos 6M15 a Receita Líquida totalizou R\$ 23,2 milhões, aumento de 15,6% quando comparado com os mesmos períodos de 2014. Esse incremento na Receita Operacional Líquida deve-se pelo grande volume de obra realizado que encontravam-se em fases finais e que geram maior volume de receita.

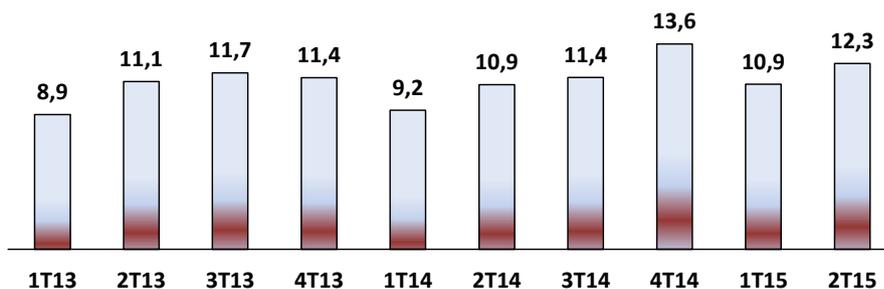
O quadro abaixo apresenta o detalhamento da Receita Operacional Líquida nos 6M15.

Receita Operacional Líquida (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Receitas de Serviços	10.874	12.238	12,5%	20.494	23.028	12,4%
Receitas de Assistência Técnica	1.271	1.552	22,1%	1.966	2.892	47,1%
Impostos sobre Receita	(1.258)	(1.499)	19,2%	(2.373)	(2.708)	14,1%
Total Receita Operacional Líquida	10.887	12.291	12,9%	20.087	23.212	15,6%



O gráfico abaixo apresenta a evolução da Receita Líquida da Construtora Adolpho Lindenberg nos últimos trimestres.

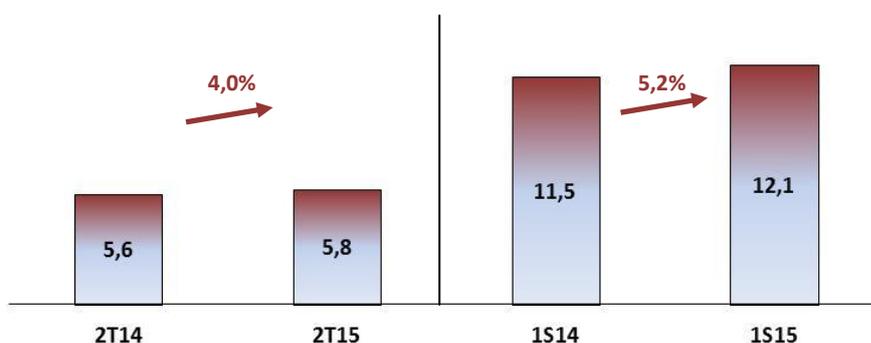
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



Custo de Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados são compostos basicamente pelo custo de mão de obra e provisão de garantias de obras.

Custos dos Serviços Prestados (R\$ MM)



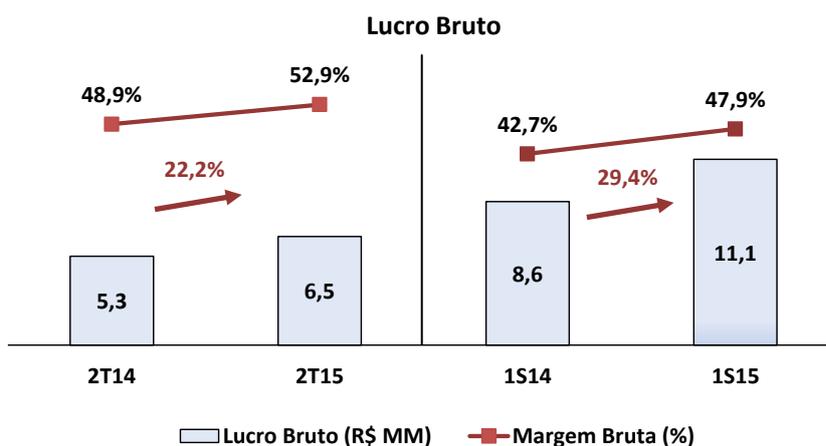
Os Custos dos Serviços Prestados totalizaram R\$ 5,8 milhões no 2T15, contra R\$ 5,6 milhões no 2T14, aumento de 4,0%. Nos 6M15, o Custo dos Serviços Prestados apresentou um acréscimo de 5,2% quando comparado com os 6M14. É importante ressaltar que a Construtora Adolpho Lindenberg tem como foco de atuação a Cidade de São Paulo, a Região Metropolitana de São Paulo e o Estado de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos. Mais que isso, a evolução do Custo dos Serviços Prestados demonstra a preocupação da Companhia em controlar os custos e adequar-se a realidade do mercado.



O quadro abaixo apresenta o detalhamento dos Custos dos Serviços Prestados nos 6M15 contra os 6M14 e o 2T15 contra o 2T14. Nele pode ser observado que os custos diretos mantiveram-se praticamente estaveis (apesar do incremento da receita), sendo que a principal variação ocorreu na rubrica Provisão para Garantia de Obras devido ao maior evolução de obras em fase final de execução, da mesma forma que ocorreu na rubrica de Provisão de Receita de Assistência Técnica.

Custos dos Serviços Prestados (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Custos de Prestação de Serviços	4.710	4.759	1,0%	10.136	10.184	0,5%
Custos de Assistência Técnica	858	1.030	20,0%	1.364	1.913	40,2%
Total Custos dos Serviços Prestados	5.568	5.789	4,0%	11.500	12.097	5,2%

Lucro Bruto

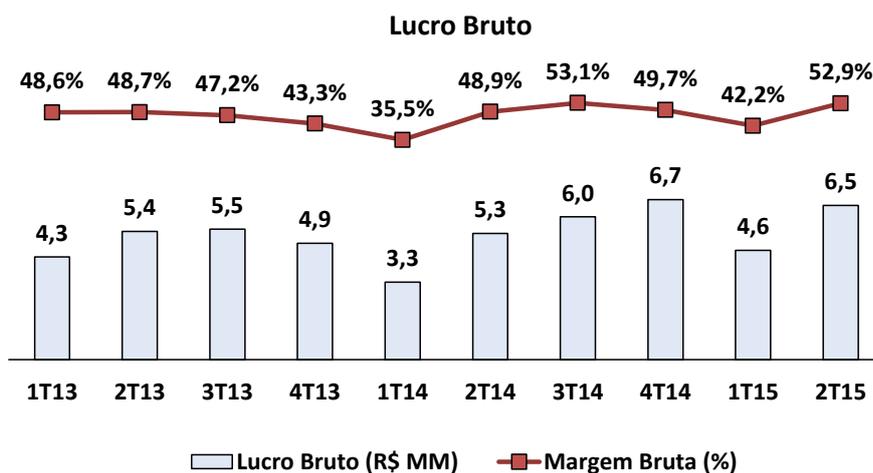


O Lucro Bruto no 2T15 alcançou R\$ 6,5 milhões, aumento de 22,2% em relação ao 2T14, com uma Margem Bruta de 52,9%. Nos 6M15, o Lucro Bruto totalizou R\$ 11,1 milhões, crescimento de 29,4% quando comparado aos 6M14 para uma Margem Bruta de 47,9% e 5,1 p.p. acima. Conforme informado anteriormente, esse aumento do Lucro Bruto é devido ao grande volume de obra realizado nos 6M15.

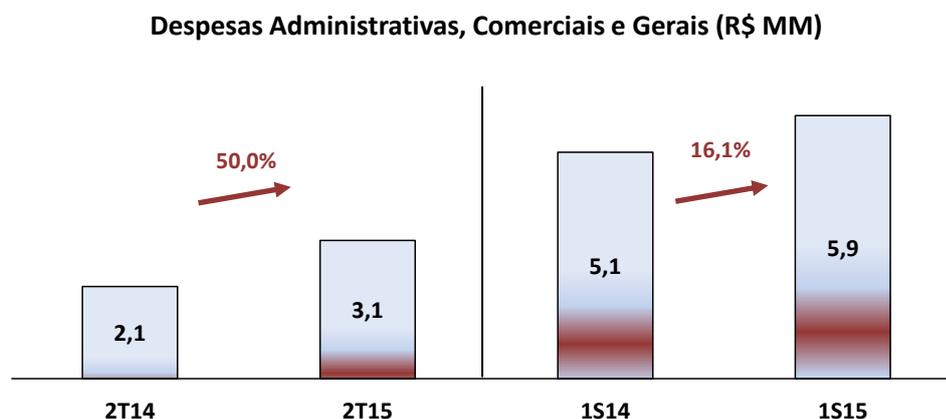
Importante destacar o forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de Margem Bruta em níveis similares aos de períodos anteriores, dado ao rígido controle de custos, tanto das obras em execução como das entregues, que faz com que os custos estejam em linha com o orçamento.



O gráfico abaixo apresenta a evolução do Lucro e da Margem Bruta da Construtora Adolpho Lindenberg nos últimos trimestres e reflete a constância de uma operação pautada pela busca de rentabilidade adequada com níveis elevados de Margem Bruta.



Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais



As Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais totalizaram R\$ 5,9 milhões nos 6M15, aumento de 16,1% em relação aos 6M14. Já o índice Despesa Administrativa / Receita Líquida ficou em 25,5%, variação de 0,1 p.p. em relação aos 6M14.

Cabe ressaltar que as Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais da Construtora Adolpho Lindenberg, contemplam todos os gastos com o seu modelo de negócio integrado com a



centralização da estrutura administrativa e de *back office*, que concentram as equipes Financeiras, TI, Suprimentos, Jurídico e Recursos Humanos.

O quadro abaixo apresenta o detalhamento das Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais.

Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Despesas Administrativas e Gerais	2.566	3.519	37,1%	4.898	5.716	16,7%
Despesas Comerciais	11	6	-45,5%	33	19	-42,4%
Serviços Terceiros	257	253	-1,6%	557	438	-21,4%
Provisão de Garantias de Obra	(674)	(1.310)	94,4%	(304)	(733)	141,1%
Contingências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(84)	646	-869,0%	(84)	483	-675,0%
Total Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais	2.076	3.114	50,0%	5.100	5.923	16,1%

O quadro abaixo apresenta a relação das Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais em relação à Receita Líquida.

Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Receita Operacional Líquida	10.887	12.291	12,9%	20.087	23.212	15,6%
Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais	2.076	3.114	50,0%	5.100	5.923	16,1%
% da Receita Operacional Líquida	19,1%	25,3%	6,3 pp	25,4%	25,5%	0,1 pp



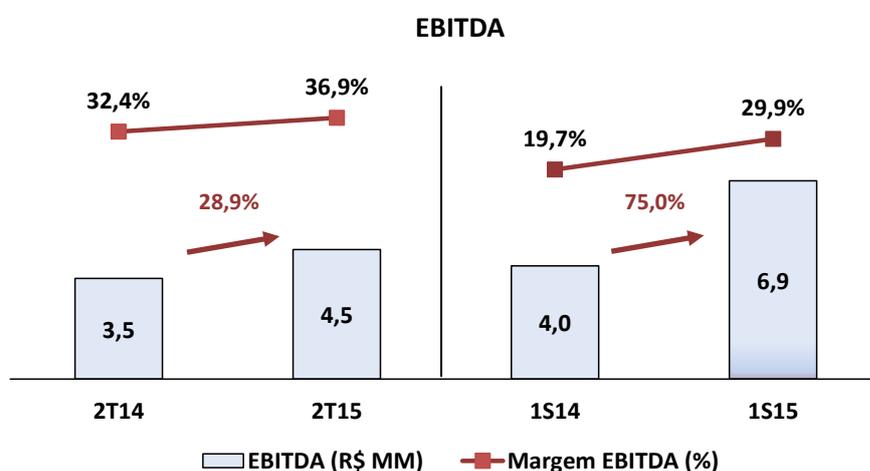
Equivalência Patrimonial

Em 2013, as normas do IFRS 10 e 11, que tratam de operações controladas em conjunto, entraram em vigor. Adotando-se o normativo CPC 19, a parcela dos ativos e passivos, receitas e despesas deixam de ser consolidadas proporcionalmente em empreendimentos não-controlados pela Construtora Adolpho Lindenberg. A Companhia entende como empreendimento não-controlado, aquele empreendimento cujas decisões operacionais e financeiras não são tomadas de forma exclusiva pela Construtora Adolpho Lindenberg.

O Resultado de Equivalência Patrimonial no 2T15 totalizou R\$ 912 mil, crescimento de 377,5% quando comparado com o 2T14. Nos 6M15, o Resultado de Equivalência Patrimonial atingiu R\$ 1,5 milhão, crescimento de 359,0%. Importante destacar que no encerramento do 2T15, a Toliara Incorporação SPE Ltda. e a Amadora Incorporação SPE Ltda. (Sociedades investidas não consolidadas através da Lindenberg São Paulo que desenvolvem projetos de incorporação imobiliária, sendo 30% e 10% de participação respectivamente) encontram-se com 67,7% e 46,9% de vendas acumuladas respectivamente. O quadro abaixo, demonstra o resultado líquido proporcional ao empreendimento não-controlados pela Companhia através do resultado de Equivalência Patrimonial.

Equivalência Patrimonial (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Toliara Incorporadora SPE Ltda.	191	854	347,1%	329	1.398	324,9%
Amadora Incorporação SPE Ltda.	-	58	0,0%	-	112	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	191	912	377,5%	329	1.510	359,0%

EBITDA



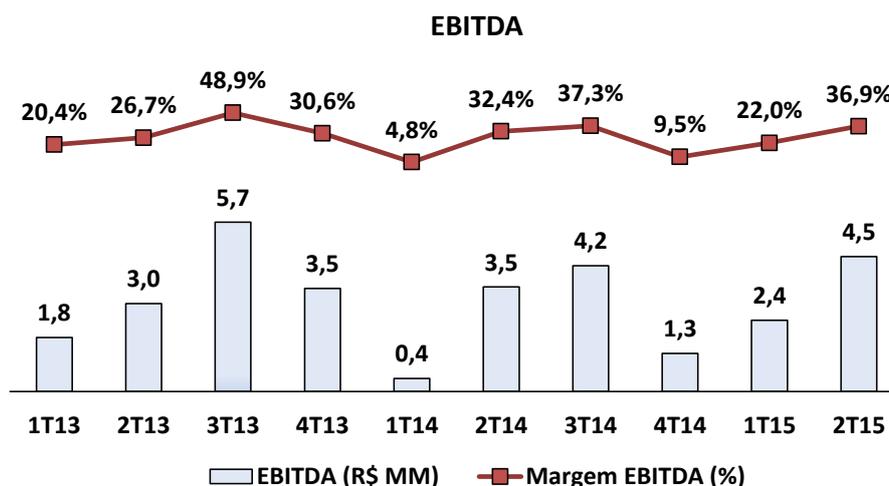


O EBITDA no 2T15 atingiu R\$ 4,5 milhões, aumento de 28,9% em relação ao 2T14, com Margem EBITDA de 36,9% e 4,6 p.p. superior. Nos 6M15, o crescimento do EBITDA foi de 75,0% e 10,2 p.p. acima quando comparado aos 6M14. O aumento do EBITDA nos 6M15 quando comparado com os 6M14, deve-se principalmente ao forte volume de receita realizado no período, à manutenção do patamar de custo e ao incremento da Equivalência Patrimonial.

O quadro abaixo detalha o cálculo do EBITDA adotado pela Construtora Adolpho Lindenberg.

EBITDA (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Lucro Líquido	2.887	4.297	48,8%	3.073	6.679	117,3%
IR/CSLL	504	485	-3,8%	871	946	8,6%
Resultado Financeiro	131	(243)	-285,5%	22	(685)	-3213,6%
EBITDA	3.522	4.539	28,9%	3.966	6.940	75,0%
Margem EBITDA (%)	32,4%	36,9%	4,6 pp	19,7%	29,9%	10,2 pp

O gráfico abaixo apresenta a evolução do EBITDA da Construtora Adolpho Lindenberg nos últimos trimestres.





Resultado Financeiro Líquido

Nos 6M15, o Resultado Financeiro Líquido totalizou R\$ 685 mil positivos, sendo R\$ 913 mil de receitas e R\$ 228 mil de despesas, para o mesmo período do ano anterior, o Resultado Financeiro Líquido foi de R\$ 22 mil negativos. Este resultado decorre do endividamento zero e caixa líquido positivo, devido à força de uma operação que cresce sobre bases sustentáveis e com regularidade.

Resultado Financeiro (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Receitas Financeiras						
Ganhos com Aplicações Financeiras	54	240	344,4%	172	475	176,2%
Receitas com Atualizações	93	120	29,0%	212	438	106,6%
Total Receitas Financeiras	147	360	144,9%	384	913	137,8%
Despesas Financeiras						
Juros e Despesas bancárias	(123)	(27)	-78,0%	(152)	(53)	-65,1%
Despesas com Atualizações	(155)	(90)	-41,9%	(254)	(175)	-31,1%
Total Despesas Financeiras	(278)	(117)	-57,9%	(406)	(228)	-43,8%
Total Resultado Financeiro	(131)	243	-285,5%	(22)	685	-3213,6%

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social apurado no 2T15 foi de R\$ 485 mil negativos contra os R\$ 504 mil negativos no 2T14. Nos 6M15, o Imposto de Renda e Contribuição Social totalizou R\$ 946 mil negativos contra R\$ 871mil negativos quando comparado aos 6M14.

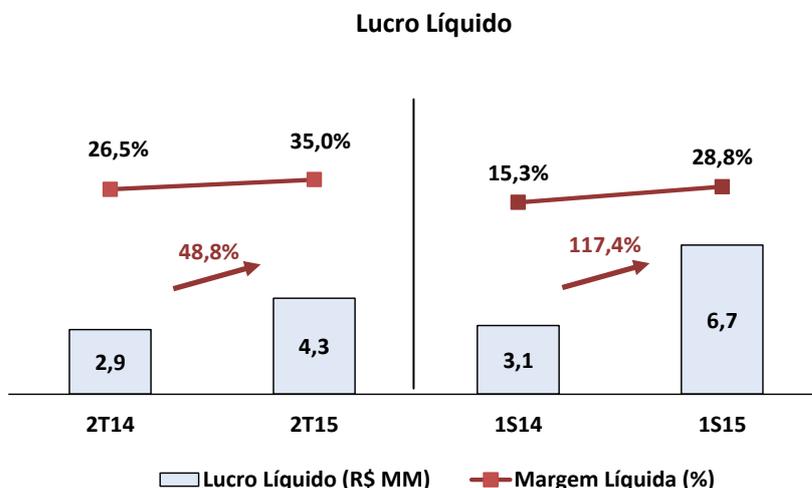
Imposto de Renda e Contribuição Social (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Correntes	(118)	(418)	254,2%	(826)	(879)	6,4%
Diferidos	(386)	(67)	-82,6%	(45)	(67)	48,9%
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	(504)	(485)	-3,8%	(871)	(946)	8,6%

O quadro abaixo apresenta a abertura da conta “Imposto de Renda e Contribuição Social” em relação à Receita Líquida.

Imposto de Renda e Contribuição Social (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Receita Operacional Líquida	10.887	12.291	12,9%	20.087	23.212	15,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(504)	(485)	-3,8%	(871)	(946)	8,6%
% da Receita Operacional Líquida	-4,6%	-3,9%	0,7 pp	-4,3%	-4,1%	0,3 pp



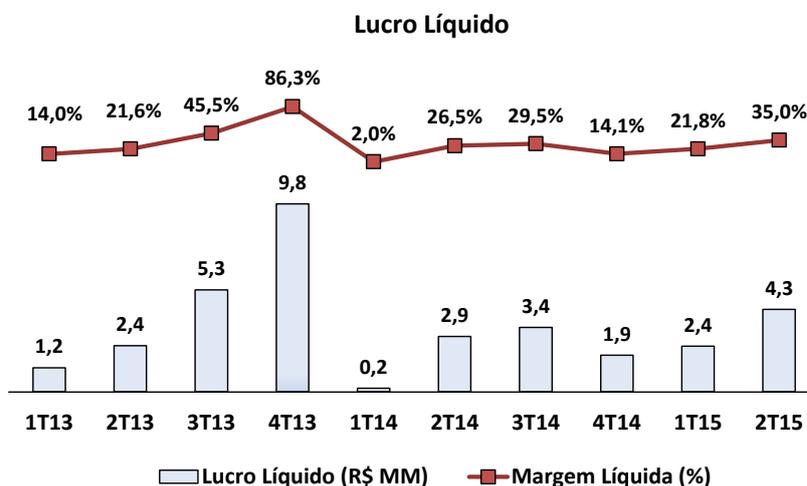
Lucro Líquido



O Lucro Líquido no 2T15 atingiu R\$ 4,3 milhões, com Margem Líquida de 35,0%, contra R\$ 2,9 milhões e Margem Líquida de 26,5% no 2T14, crescimento de 48,8% e 8,4 p.p. Nos 6M15, o Lucro Líquido totalizou R\$ 6,7 milhões com Margem Líquida de 28,8%, crescimento de 117,4% e 13,5 p.p. acima quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido do Período (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1S14	1S15	Var. %
Receita Operacional Líquida	10.887	12.291	12,9%	20.087	23.212	15,6%
Lucro Líquido do Período	2.887	4.297	48,8%	3.073	6.679	117,4%
% da Receita Operacional Líquida	26,5%	35,0%	8,4 pp	15,3%	28,8%	13,5 pp

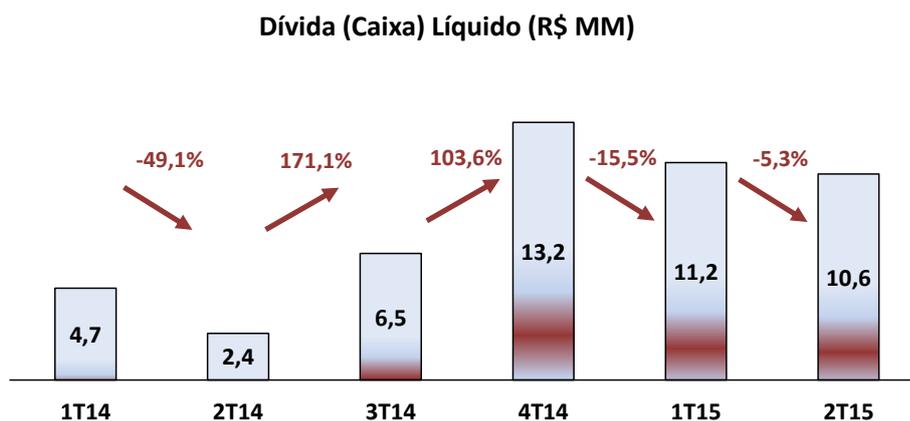
O gráfico abaixo apresenta a evolução do Lucro Líquido da Construtora Adolpho Lindenberg nos últimos trimestres.





DESTAQUES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa Líquido e Endividamento



O Caixa Líquido da Construtora Adolpho Lindenberg, ao final do 2T15, totalizou R\$ 10,6 milhões, redução de 5,3% em relação ao 1T15. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e encontra-se numa situação de Caixa Líquido bastante confortável para a operação futura da Companhia, principalmente diante de um cenário mais desafiador. A tabela abaixo, apresenta a composição da conta “Dívida (Caixa) Líquido”.

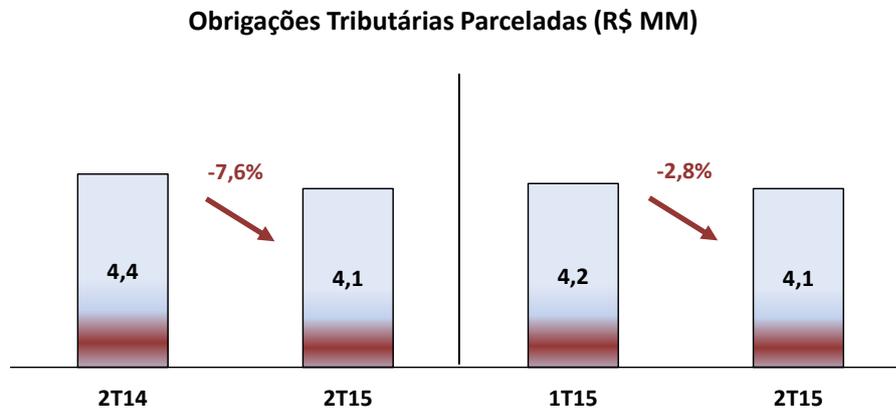
Dívida (Caixa) Líquido (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.403	2.870	6.502	13.239	11.181	10.592
Varição Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.533)	3.632	6.737	(2.058)	(588)
Dívida Bruta	(688)	(472)	-	-	-	-
Cessão de Recebíveis	(688)	(472)	-	-	-	-
Dívida (Caixa) Líquido	4.715	2.398	6.502	13.239	11.181	10.592
Caixa Líquido Gerado		(2.317)	4.104	6.737	(2.058)	(588)

Geração de Caixa

A Geração de Caixa ao final do 2T15 foi de R\$ 588 mil negativos, o que resultou num caixa de R\$ 10,6 milhões, posição de caixa bastante confortável frente às obrigações futuras da Companhia, já excluindo o pagamento de dividendo no valor de R\$ 1,9 milhão pago em abril de 2015.



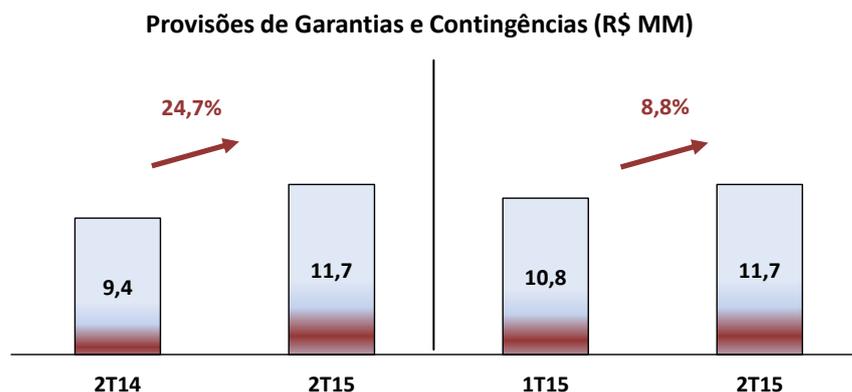
Obrigações Tributárias Parceladas (PPI / REFIS)



No 2T15 as Obrigações Tributárias Parceladas, que incluem o PPI (Programa de Parcelamento Incentivado) e o REFIS (Programa de Recuperação Fiscal), totalizou R\$ 4,1 milhões, redução de 2,8% em relação ao 1T15. Quando comparado ao 2T14, o total das Obrigações Tributárias Parceladas, passou de R\$ 4,4 milhões para R\$ 4,1 milhões, redução de 7,6%. O prazo máximo para liquidação do Refis é de 112 meses e do PPI é de 50 meses, já o índice de reajuste monetário é 100% da Taxa Selic.

Obrigações Tributárias Parceladas (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1T15	2T15	Var. %
REFIS	3.652	3.394	-7,1%	3.492	3.394	-2,8%
PPI	793	714	-10,0%	735	714	-2,9%
Total Obrigações Tributárias Parceladas	4.445	4.108	-7,6%	4.227	4.108	-2,8%

Provisões de Garantias e Contingências Passivas



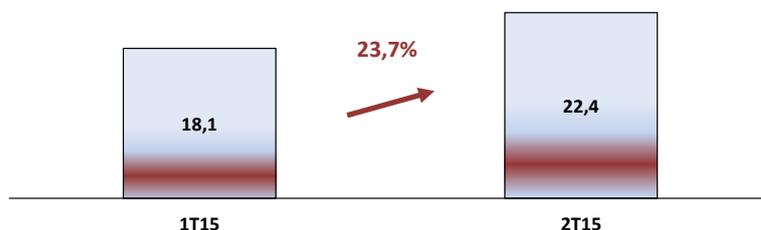


A conta “Provisão de Garantias de Obras e Contingências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias” totalizou R\$ 11,7 milhões no 2T15 contra R\$ 10,8 milhões no 1T15, uma variação de 8,8%. Referente ao incremento na provisão de custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações decorrentes do período da garantia de assistência técnica, a variação foi de 6,5%, e em relação a contingências passivas, a variação foi de 22,3% no 2T15 quando comparado ao 1T15.

Provisões de Garantias e Contingências (Em milhares de Reais - R\$)	2T14	2T15	Var. %	1T15	2T15	Var. %
Provisão de Garantias de Obra	7.634	9.838	28,9%	9.235	9.838	6,5%
Contingências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	1.751	1.862	6,3%	1.522	1.862	22,3%
Total Provisões de Garantias e Contingências	9.385	11.700	24,7%	10.757	11.700	8,8%

Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido (R\$ MM)



Ao final do 2T15, o Patrimônio Líquido atingiu R\$ 22,4 milhões, um aumento de 23,7% em relação ao 1T15. Este valor já considera o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1,9 milhão aprovado em AGO em março de 2015. O quadro abaixo, apresenta a composição da conta “Patrimônio Líquido”.

Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais - R\$)	1T15	2T15	Var. %
Capital social	12.000	12.000	0,0%
Reserva de lucros	3.747	3.747	0,0%
Resultado do período	2.381	6.679	180,5%
Total Patrimônio Líquido	18.128	22.426	23,7%



BALANÇO PATRIMONIAL

Balanços Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 30.junho (Em milhares de Reais - R\$)	2T15	1T15	Var. %
Ativo	44.652	42.604	4,8%
Circulante	19.284	18.102	6,5%
Caixa e equivalentes de caixa	10.592	11.181	-5,3%
Contas a receber de clientes	7.353	5.370	36,9%
Impostos a recuperar	1.316	1.521	-13,5%
Demais ativos circulantes	23	30	-23,3%
Não Circulante	25.368	24.502	3,5%
Crédito com partes relacionadas	-	349	-100,0%
Contas a receber de clientes	2.482	2.885	-14,0%
Impostos Diferidos	7.370	7.437	-0,9%
Depósitos judiciais	498	248	100,8%
Imovéis a comercializar	841	841	0,0%
Demais ativos não circulantes	1	52	-98,1%
Investimentos	14.077	12.584	11,9%
Imobilizado	22	24	-8,3%
Intangível	77	82	-6,1%
Passivo e Patrimônio Líquido	44.652	42.604	4,8%
Circulante	8.581	11.486	-25,3%
Fornecedores	318	1.641	-80,6%
Obrigações trabalhistas e tributárias	5.709	5.523	3,4%
Obrigações tributárias parceladas	670	655	2,3%
Dividendos a pagar	13	1.989	-99,3%
Provisão para garantia de obras	1.868	1.678	11,3%
Demais passivos circulantes	3	-	0,0%
Não Circulante	13.645	12.990	5,0%
Obrigações tributárias parceladas	3.438	3.572	-3,8%
Provisão para garantia de obras	7.970	7.557	5,5%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.862	1.522	22,3%
Demais passivos não circulantes	375	339	10,6%
Patrimônio Líquido	22.426	18.128	23,7%
Capital social	12.000	12.000	0,0%
Reserva de lucros	3.747	3.747	0,0%
Resultado do período	6.679	2.381	180,5%

Informações Trimestrais Revisadas



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 30.junho (Em milhares de Reais - R\$)	2T15	2T14	Var. %	1S15	1S14	Var. %
Receita Operacional Bruta	13.790	12.145	13,5%	25.920	22.460	15,4%
Receita de Prestação de Serviços	12.238	10.874	12,5%	23.028	20.494	12,4%
Receita de Assistência Técnica	1.552	1.271	22,1%	2.892	1.966	47,1%
Deduções da Receita Bruta	(1.499)	(1.258)	19,2%	(2.708)	(2.373)	14,1%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(1.499)	(1.258)	19,2%	(2.708)	(2.373)	14,1%
Receita Operacional Líquida	12.291	10.887	12,9%	23.212	20.087	15,6%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(5.789)	(5.568)	4,0%	(12.098)	(11.500)	5,2%
Custos de Prestação de Serviços	(4.759)	(4.710)	1,0%	(10.184)	(10.136)	0,5%
Custos de Assistência Técnica	(1.030)	(858)	20,0%	(1.913)	(1.364)	40,3%
Lucro Bruto	6.502	5.319	22,2%	11.114	8.587	29,4%
Margem Bruta (%)	52,9%	48,9%	4,0 pp	47,9%	42,7%	5,1 pp
(Despesas) Receitas	(1.963)	(1.797)	9,2%	(4.174)	(4.621)	-9,7%
Administrativas, comerciais e gerais	(3.114)	(2.076)	50,0%	(5.923)	(5.100)	16,1%
Equivalência patrimonial	912	191	377,5%	1.510	329	359,0%
Outras receitas operacionais líquidas	239	88	171,6%	239	150	59,3%
EBITDA	4.539	3.522	28,9%	6.940	3.966	75,0%
Margem EBITDA (%)	36,9%	32,4%	4,6 pp	29,9%	19,7%	10,2 pp
Resultado Financeiro	243	(131)	-285,5%	685	(22)	-3213,6%
Despesas Financeiras	(117)	(278)	-57,9%	(228)	(406)	-43,8%
Receitas Financeiras	360	147	144,9%	913	384	137,8%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.782	3.391	41,0%	7.625	3.944	93,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(485)	(504)	-3,8%	(946)	(871)	8,6%
Correntes	(418)	(118)	254,2%	(879)	(826)	6,4%
Diferidos	(67)	(386)	-82,6%	(67)	(45)	48,9%
Lucro Líquido do Período	4.297	2.887	48,8%	6.679	3.073	117,4%
Margem Líquida (%)	35,0%	26,5%	8,4 pp	28,8%	15,3%	13,5 pp

Informações Trimestrais Revisadas



FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado Períodos encerrados em 30.junho (Em milhares de Reais - R\$)	1S15	1S14	Var. %
Das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.625	3.944	93,3%
Ajustes para conciliar o resultado as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	13	9	44,4%
Resultado de equivalência patrimonial	(1.510)	(329)	359,0%
Encargos financeiros sobre financiamentos	-	117	-100,0%
Encargos financeiros sobre tributos parcelados	175	187	-6,4%
Constituição (reversão) de provisão para contingências	177	(84)	-310,7%
Provisão para garantias	1.181	1.060	11,4%
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes	(1.567)	561	-379,3%
Impostos a recuperar	486	(142)	-442,3%
Demais ativos	136	-	0,0%
Depósitos judiciais	(264)	-	0,0%
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	153	86	77,9%
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2.864)	(1.949)	46,9%
Obrigações fiscais parceladas	(372)	(1.216)	-69,4%
Demais passivos	49	54	-9,3%
Baixa de contingência por pagamento	(2.603)	-	0,0%
Juros pagos	-	(117)	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(879)	(826)	6,4%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(64)	1.355	-104,7%
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Acrécimo do imobilizado e intangível	(26)	(26)	0,0%
Aumento do investimento	(581)	-	0,0%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(607)	(26)	2234,6%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos	-	(253)	-100,0%
Dividendos pagos	(1.976)	(2.892)	-31,7%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(1.976)	(3.145)	-37,2%
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.647)	(1.816)	45,8%
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	13.239	4.686	182,5%
No fim do período	10.592	2.870	269,1%
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.647)	(1.816)	45,8%

Informações Trimestrais Revisadas



Glossário

Altíssimo – Edifícios Residenciais com preço/unidade acima de R\$ 2 milhões.

Alto – Edifícios Residenciais com preço/unidade entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões.

Comercial – Unidades comerciais e corporativas desenvolvidas única e exclusivamente para venda.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é uma entidade autônoma criada pela Resolução CFC nº 1.055/05. Tem como objetivo estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade e divulgar informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira às normas internacionais de contabilidade.

IFRS – International Financial Reporting Standards (IFRS) são normas internacionais de contabilidade, um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Margem de Resultados a apropriar – Equivalente a “Resultados de Vendas de Imóveis a Apropriar” dividido pelas “Vendas de Imóveis a Apropriar”.

Médio-Alto – Edifícios residenciais com preço/unidade variando entre R\$ 600 mil e R\$ 1 milhão.

Médio – Edifícios residenciais com preço médio/unidade variando entre R\$ 250 mil e R\$ 600 mil.

Médio-Baixo – Edifícios residenciais com preço/unidade entre R\$ 150 mil e R\$ 250 mil.

Permuta – Sistema de compra de terreno pelo qual o dono do terreno recebe um determinado número de unidades ou percentual da receita do empreendimento a ser construído na área de sua propriedade.

Venda Contratada – É cada contrato resultante de vendas de unidades durante certo período de tempo, incluindo unidades em lançamento e unidades em estoque. As vendas contratadas serão reconhecidas como receitas de acordo com andamento das obras (método PoC).

VG – Valor Geral de Vendas.



Sobre a Construtora Adolpho Lindenberg

Com status de verdadeira 'grife' no mercado imobiliário, a Construtora Adolpho Lindenberg combina apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes.

Criada em 1954, completando 60 anos de atuação, já entregou cerca de 700 empreendimentos a mais de 7.000 clientes em todo o Brasil, sobretudo nos melhores bairros da cidade de São Paulo.

Sinônimo de investimento, em função da sua qualidade, durabilidade, e reputação da marca, os empreendimentos com a marca Adolpho Lindenberg tomam a frente do mercado imobiliário nacional, com um reconhecido padrão de excelência.

A partir de 2008, a Construtora Adolpho Lindenberg passou a fazer parte do Grupo LDI que é uma *full service real estate developer*, capaz de atuar nos mais diversos segmentos do mercado imobiliário, dando uma robustez ainda maior à sua operação.

Relações com Investidores

Adolpho Lindenberg Filho

Diretor Financeiro e de

Relações com Investidores

Telefone: +55 (11) 3041-2700

ri@lindenberg.com.br

www.grupoldi.com.br/relacao

Este release contém considerações futuras sobre as perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros e perspectivas de crescimento da Construtora Adolpho Lindenberg.

Estas são apenas projeções e, como tais, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da Administração da Construtora Adolpho Lindenberg em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capital para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem substancialmente de mudanças nas condições de mercado, de regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira entre outros fatores sujeitos a mudanças sem aviso prévio.